



ORIENTE MÉDIO / Relatório da Human Rights Watch denuncia dominação deliberada de judeus sobre palestinos, além de perseguição e de opressão sistemática. Diretor-executivo explica que o documento é fruto de dois anos de investigações. Embaixadores repercutem o texto

ONG acusa Israel de “apartheid”

Jaafar Ashtiyeh/AFP



Palestinos fogem do gás lacrimogêneo disparado pelas forças de segurança israelenses, durante ato contra instalação de colônia judaica, em Beit Dajan, na Cisjordânia

» RODRIGO CRAVEIRO

Organização não governamental Human Rights Watch (HRW) advertiu que Israel comete crimes contra a humanidade de apartheid e de perseguição, ao “manter a dominação dos israelenses judeus sobre os palestinos” e pelos “graves abusos contra árabes que vivem no território ocupado, incluindo Jerusalém Oriental”. É a primeira vez que uma grande ONG internacional adota o termo alusivo ao regime de segregação racial que imperou na África do Sul entre 1948 e 1994. “Com base em investigações, a Human Rights Watch conclui que o governo israelense mantém uma dominação deliberada da população judaica sobre os palestinos em todo Israel e nos territórios ocupados (Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental)”, destaca um relatório de 213 páginas intitulado *Um limite ultrapassado: autoridades israelenses e os crimes de apartheid e perseguição*. “Quando esta dominação deliberada se soma a uma opressão sistemática e a atos desumanos, trata-se de um crime de apartheid”, atestou a HRW.

Enquanto os palestinos elogiaram o teor do relatório, Israel tratou de acusar a HRW de impulsionar uma agenda anti-israelense de longa data e de buscar boicotes contra Israel por anos. O governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu denunciou uma manobra para “prejudicar o direito de Israel de existir como Estado-nação do povo judeu”.

Ibrahim Alzeben, embaixador palestino em Brasília, disse que não há outra maneira de descrever a situação de seu povo que não implique crimes contra a humanidade de apartheid e perseguição. “Se aos palestinos, em seu território, é destinado menos água que a um colono israelense que vive em um assentamento ilegal, é mais do que claro que estamos diante de apartheid. O mesmo vale para os agricultores palestinos, que enfrentam dificuldades para irrigar, enquanto nos assentamentos israelenses há até piscinas. Um palestino não pode construir na Palestina sem autorização de Israel, um israelense edifica onde quiser, inclusive em terra que não é sua”, observou o diplomata. “Quando um palestino não pode sequer ir à Es-

» Ponto crítico



“Este relatório é parte da campanha contínua da organização, liderada por um conhecido apoiador do movimento BDS (boicote, desinvestimento e sanções), sem nenhuma ligação com os fatos ou a realidade local. O objetivo deste relatório espúrio não está de forma alguma ligado aos direitos humanos, mas a uma tentativa contínua da HRW de minar o direito do Estado de Israel de existir. Muitos dos exemplos do relatório foram tirados do contexto.”

Embaixador Shmulik Bass, encarregado de negócios da Embaixada de Israel em Brasília



“O relatório prova que está em construção um consenso internacional, envolvendo governos, organizações internacionais e a sociedade civil quanto à existência de um apartheid na Palestina promovido por um Estado agressivo, cujo regime, na prática e juridicamente, é segregacionista. A humanidade venceu o apartheid na África do Sul quando tomou consciência dele e lutou para que fosse abolido. O mesmo acontecerá no caso palestino.”

Ibrahim Alzeben, embaixador palestino em Brasília

planada das Mesquitas, em Jerusalém, para orar, enquanto os israelenses invadem o espaço quando bem entendem, não há como definir isso de outra maneira: é apartheid.”

Críticas

Encarregado de negócios da Embaixada de Israel em Brasília, o embaixador Shmulik Bass classificou as “afirmações fictícias que a Human Rights Watch in-

ventou” como “absurdas e falsas”. “Existem árabe-israelenses que se afirmam palestinos trabalhando na Suprema Corte de Israel como juizes, membros do Knesset (parlamento) e representantes dentro das organizações de governo”, disse. “Nós respeitamos nossos parceiros de negociação do lado palestino, pois muitos trabalham em Israel. Temos mais de 40 acordos com as lideranças de autoridades palestinas. Além disso, muitos estudantes e pro-

fessores das universidades de Israel provêm de comunidades árabe-israelenses. Eles têm os mesmos direitos e obrigações, como qualquer cidadão”, assegurou. Bass acredita que “a decisão da HRW de não compartilhar o relatório com nenhum órgão oficial israelense é uma indicação clara de que se trata de panfleto publicitário, que carece de qualquer credibilidade.”

Kenneth Roth, diretor-executivo da HRW, afirmou ao *Correio*

» Duas perguntas para /

KENNETH ROTH, diretor-executivo da Human Rights Watch (HRW)

Como o senhor vê o uso do termo “apartheid” para designar a situação nos territórios palestinos?

O termo “apartheid” originou-se na África do Sul, mas foi incorporado aos tratados internacionais, com aplicação global. A Convenção sobre o Apartheid, de 1973, e o Estatuto de Roma, de 1988, o qual estabeleceu o Tribunal Penal Internacional (TPI), definiram o apartheid não como uma alusão histórica, mas como um crime contra a humanidade, que inclui a intenção de um grupo racial de dominar outro, juntamente com opressão sistemática e atos desumanos. Essa é a definição que aplicamos em nosso relatório. Nós encontramos esses três elementos de crime, reunidos, nos territórios ocupados.

O relatório recomenda que a promotoria do Tribunal Penal Internacional abra investigação contra o Estado de Israel. O senhor acredita que isso, de fato, ocorrerá?

Uma investigação formal do TPI sobre a situação na Palestina foi aprovada e está em andamento. A promotora afirmou que se concentraria nos assentamentos ilegais — uma violação da proibição imposta pelas Convenções de Genebra de transferir a população do ocupante para o território ocupado — e na condução da guerra na Faixa de Gaza. Não existe nada que impeça o promotor de incluir outros crimes na investigação. Nós entregaremos, formalmente, o relatório ao promotor com a recomendação de que o crime contra a humanidade de apartheid seja investigado também. (RC)



que a organização não governamental passou os dois últimos anos documentando como o governo de Israel trata os palestinos. “Nós concluímos que as declarações e a conduta do governo israelense, particularmente seus esforços para manipular a demografia e restringir o acesso à terra, demonstram a intenção de manter o domínio sobre os palestinos. Nos territórios ocupados, tal intenção está associada a uma série de práticas que equivalem à opressão sistemática e a atos desumanos necessários para demonstrar o apartheid”, explicou.

Segundo Roth, isso vai além das “legítimas preocupações de segurança de Israel” e inclui a apreensão de terras, a recusa em permitir que a maioria dos palestinos construa casas, severas restrições a viagens, revogação do direito de residência a palestinos e sistemas jurídicos discriminatórios. Ao ser questionado sobre a reação de Israel, o diretor da HRW afirmou que a resposta tem consistido em insultos, em vez da abordagem do relatório. “Eles dizem que o relatório é falso, mas não citam um único fato errado nas 213 páginas. Eles afirmam

que somos tendenciosos, embora apliquemos a Israel os mesmos padrões utilizados para todos os outros governos do mundo.”

Presidente do Instituto para Estratégia e Segurança de Jerusalém, Efraim Inbar referiu-se ao relatório como “calunioso” e admitiu que a ONG tem “longa obsessão com Israel”. “Os palestinos têm autogovernança, a Autoridade de Palestina. Eles não possuem uma democracia, mas um regime autoritário corrupto. Não são cidadãos de Israel e, por essa definição, não podem se encaixar em uma situação de apartheid. Em Israel, os árabes gozam de todos os direitos legais”, disse.

Para Richard Falk, ex-relator especial da ONU para a Palestina Ocupada (2008-2014), o fato de uma ONG respeitada como a HRW fazer tais acusações, apoiada por extensa documentação, “é um grande desdobramento, algo quase impensável há alguns anos”. “É notável que isso ocorra meses depois de a principal ONG israelense de direitos humanos, B’Tselem, emitir relatório bombástico similar, o qual concluiu que Israel foi culpado do crime de apartheid”, lembrou.

COVID-19

Estados Unidos e Índia vivem os extremos da pandemia

De um lado, os Estados Unidos, que colocaram fim à obrigatoriedade do uso de máscaras ao ar livre para pessoas que completaram o período de imunização. De outro lado, a Índia, que registrou, ontem, 362.757 casos da covid-19 e 3.285 mortes. Foi o sexto dia consecutivo com mais de 300 mil diagnósticos positivos. Ao todo, a Índia contabilizava, até o fechamento desta edição, 17,6 milhões de infecções e 197.894 mortes.

Especialistas consultados pela TV CNN admitem que o número real de infectados chegue a 500 milhões de indianos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que a onda pandêmica no país é o resultado de uma “tempestade perfeita” — alusão às aglomerações, às cepas mais contagiosas e à baixa taxa de vacinação.

Os hospitais das principais cidades da Índia não têm mais suprimentos de oxigênio e acabam por rejeitar pacientes, com a recomendação de que eles se tratem em casa. A ajuda da comunidade internacional começou a chegar ao país. “A situação na Índia é mais do que desesperadora”, declarou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, ao anunciar o envio de equipamentos essenciais à nação de 1,3 bilhão de habitantes. O primeiro avião com ajuda médica para a Índia, com 100 respiradores e 95 concentradores de oxigênio britânicos, aterrissou em Délhi. Nos próximos dias, Londres enviará até 495 concentradores e 140 respiradores. Com um dos crematórios de Nova Délhi sobrecarregado, os corpos de vítimas da covid-19 são

Prakash Singh/AFP



Familiares e socorristas carregam corpos para cremação, em Nova Délhi

incinerados em um estacionamento vizinho. As sirenes das ambulâncias transportando outros cadáveres não param de soar. Nos EUA, o retorno progressivo

à normalidade ocorre graças à campanha bem-sucedida de imunização. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) estipulou que as pessoas vacinadas

podem comer, caminhar ou participar de pequenas reuniões sociais ao ar livre sem usar máscara. “Além disso, continuamos a recomendar o uso de máscara em atividades e em lugares muito frequentados, como estádios lotados ou shows”, disse a diretora do CDC, Rochelle Walensky. Pelo menos 95,8 milhões de pessoas receberam as duas doses necessárias das vacinas Pfizer/BioNtech e Moderna ou a inoculação de dose única Johnson&Johnson, o que corresponde a 30% da população.

Show em Barcelona

Um show para 5 mil espectadores, em 27 de março, na cidade espanhola de Barcelona, terminou sem sinal de contágios. O evento foi parte de um teste clínico para

buscar formas seguras de celebrar eventos apesar da covid-19, anunciaram os organizadores. O público não precisou respeitar o distanciamento físico, mas utilizou máscara, e “não há sinal de que aconteceu uma transmissão dentro do evento”, anunciou Josep Maria Llibre, médico do hospital Germans Trias i Pujol.

Todos os participantes foram submetidos a um teste de antígenos antes do evento e usaram máscaras PFF2 durante o espetáculo. É possível que outros casos assintomáticos tenham acontecido e não foram detectados entre os participantes. De acordo com o médico, foram registrados seis casos positivos, 15 dias depois do show, e os organizadores têm certeza de que, “em quatro casos, a transmissão não aconteceu durante o evento”.